

A LUSITÂNIA ENTRE ROMANOS E BÁRBAROS

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
M. CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO

[COORD.]



COIMBRA | MANGUALDE | 2016

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros

COORDENAÇÃO

José d'Encarnação

M. Conceição Lopes

Pedro C. Carvalho

CAPA

José Luís Madeira

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

José Luís Madeira

EDIÇÃO

Instituto de Arqueologia | Secção de Arqueologia
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

IMPRESSÃO

Sersilito, empresa gráfica, lda

ISBN

978-972-9004-31-5

DEPÓSITO LEGAL

TIRAGEM

500 exemplares



In Memoriam

VENTO E ARAGEM

Essa, a sensação: o João chegou, parou uns momentos e... abalou!
Se foi vento, por tudo abarcar e depressa, também foi aragem - na intensa
vivência serena de cada momento.

A realização desta mesa-redonda prova a sua tenacidade no cumprimento
- difícil! - de um compromisso assumido.

Honra ao mérito!

Requiescat in pace!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

O FIM DA LUSITÂNIA: FRAGMENTAÇÃO E EMERGÊNCIA DE PODERES NO TERRITÓRIO DE VISEU

Catarina Tente

(IEM, FCSH/UNL, bolsista da FCG)

Adriaan De Man

(Department of History and Archaeology,
United Arab Emirates University)

Resumo

Com base em alguns estudos recentes e em curso, a evolução tardo-antiga do território e da cidade de Viseu podem ser perspectivadas sob diversos ângulos. Um deles remete para a relevância específica das elites pós-romanas e como se estas desenharam um novo mapa de diversos poderes locais, cuja acção conduziu a uma nova paisagem urbana e a uma nova estruturação do povoamento que já não se articula em função das estruturas agrárias romanas.

Na transição para a Alta Idade Média, a paisagem viseense encontrava-se já muito reconfigurada, com o surgimento de diferentes pólos de atracção, novos centros intermédios de poder e novos domínios. O presente texto explora alguns dos elementos definidores desse processo e como os mesmos se podem perceber do ponto de vista arqueológico.

Abstract

Based on recent and ongoing research, the late antique evolution of the city and territory of Viseu can be viewed from many angles. One refers to the specific relevance of post-Roman elites, and to how they drew a new map of the different local powers, whose action led to both a new urban landscape and a new settlement structure, no longer articulated according to Roman agrarian structures.

During the transition to the Early Middle Ages, the landscape of Viseu was already very much reconfigured, with the emergence of different poles of attraction, new intermediate centres of power, and new dominions. This paper explores some of the defining elements of this process and how they can be perceived from the archaeological point of view.

Palavras-Chave

Antiguidade Tardia, Elites Locais, Povoamento, Território, Diocese

Keywords

Late Antiquity, Local elites, settlement, territory, diocese

1. Questões introdutórias

O início deste texto aborda uma questão em debate na mesa-redonda, e que se resume à aceitação ou não de um contexto arqueológico baixo-imperial suficientemente distinto do sistema posterior a 409-455 para que merecesse manter-se individualizado. Para a região em estudo, não há qualquer razão para desistir do Baixo Império, ou para integrá-lo conceptualmente no período subsequente, que assume características distintivas. A expressão *Antiguidade Tardia* corresponde uma preferência entretanto já antiga, inicialmente anglófila e de raiz germânica (em última instância regressando a figuras como Seeck ou Riegl, passando por Frazer), utilizada ao longo do século XX num grande leque de conotações, e visando sempre alguma realidade concreta para o seu arranque – a constituição da tetrarquia e o Édito de Milão são dois casos recorrentes. Neste âmbito fundamental, ela em nada se distingue da evolução coeva que, nas tradições latinas, ficou estabelecido como *Baixo Império*, que se baseia, igualmente por conveniência, em balizas temporais precisas. Os detalhes dessa evolução histórica encontram-se muitíssimo bem documentados numa recente obra de síntese (ROUSSEAU, 2009), significativamente intitulada *A Companion to Late Antiquity*, e que pode ser lida em complementaridade a outras duas referências colectivas, *The Oxford Handbook of Late Antiquity* (JOHNSON, 2012) e os recentes

volumes 13 e 14 de *The Cambridge Ancient History* (CAMERON e GARNSEY, 1997; CAMERON, WARD-PERKINS e WHITBY, 2001) que separam cabalmente o Império tardio, de 337 a 425, da Antiguidade tardia, um período que entremeia 425 e 600. Em contraste, Peter Brown é justamente creditado pela ideia de uma Antiguidade tardia com início em meados do século III, através de uma vasta bibliografia, da qual se destaca o entretanto clássico *The World of Late Antiquity*, publicado em 1971. Mas já Marrou, desde 1949 – e especialmente em 1977 – se tinha batido (retractado!) pelo mesmo propósito, em ambiente francês. No essencial, a designação permitia não ter de lidar com um facto político quase irrelevante do ponto de vista económico, que é o da deposição do último imperador ocidental, e assim interpretar dinâmicas de longa duração que já estavam em marcha, isto é, cimentar o conceito de uma *longa Antiguidade Tardia*. Contudo, a constatação de fortes dissemelhanças entre um Império, mesmo que funcionalmente hiper-autarcizado sob múltiplos aspectos, e os reinos bárbaros sucessores, obrigou a que recentemente se tenha assistido à reabilitação do Império tardio com uma clara identidade própria. Bryan Ward-Perkins será talvez o mais prontamente identificado entre os autores desta reorientação, tendo mesmo entrado para o *mainstream* da literatura com *The Fall of Rome and the End of Civilization* (2005).

Convém sublinhar que, do ponto de vista epistemológico e para a Lusitânia, o interesse para o detrimento de um conceito instalado em favor de outro é limitado porquanto se assume já de si a natural existência de continuidades materiais (MCCORMICK, 2002), qualquer que seja a designação que se lhe queira atribuir em retrospectiva. Veja-se, a título de exemplo, a evidência de relações de lata escala mediterrânica (REYNOLDS, 2010; GARCÍA VARGAS, 2011). Na Hispânia, a operacionalidade de um período tardo-antigo surge, sim, mas numa complementaridade muito específica com o Baixo Império, dentro de limites contextuais que dificilmente remetem para a importação abstracta de um termo, e que têm a ver com as dinâmicas locais e regionais da primeira década do século V. É sobre esta sequência modelar e temporal que os bons trabalhos de investigação arqueológica têm vindo a evoluir na última década; vejam-se os contrastes na capital de província, entre uma integração imperial e as evoluções imediatamente posteriores, plenamente visigóticas (CABALLERO e MATEOS, 2001 é, sob muitos aspectos, obra seminal). Estas dinâmicas são distintas do Sul da Gália, para dar um exemplo geograficamente próximo, onde a “Antiguidade Tardia” termina aliás bem precocemente, para originar uma “Alta Idade Média” com características próprias (ROUCHE et al., 1989; LAVAUD, 2005; CHAPELOT, 2010). A forte manutenção da designação “Baixo Império” em contexto académico francês (a título de exemplo, *vide* LE BOHEC, 2012 ou SASSIER, 2012), assim como na terminologia do próprio INRAP e de um leque de artigos científicos recentes e facilmente acessíveis, é reveladora de funcionais e operativos paradigmas, que servem a Aquitânia ou a Septimânia, mas talvez não o Norte da Gália, a

Itália ou a Britânia (VAN OSSEL e OUZOULIAS, 2000; GRANDCHAMP, 2006; LOVELUCK, 2013). Por extensão, aquela *longa Antiguidade Tardia* não é universal, não se vendo portanto razão para advogar uma importação lusitana estrita deste modelo interpretativo, ou de outro qualquer, que se tornaria inoperacional. É evidente que existem rotas comerciais (com problemas de registo de difusão; cf. FABIÃO 1998, 2009), estruturas legais e urbanas (DE MAN 2009) ou afinidades arquitectónicas de âmbito mediterrânico (REAL 2001) que se transformam e não perecem com as novas relações políticas pós-romanas. Para além de uma legítima preferência individual, não existe, todavia, razão para diluir a efectividade de referências regionais tardo-romanas e tardo-antigas num só bloco conceptual.

A região de Viseu, enquanto caso de estudo documentável, ilustra bem as vantagens de renunciar à importação abstracta de modelos. Aqui observa-se uma transição efectiva, de um sistema baixo-imperial autarcista para uma configuração muito mais polarizada, na qual se registam cortes claros com o povoamento de inspiração romana. Não se trata aqui apenas de optar, genericamente, entre explicações catastrofistas ou continuistas sobre o fim da *villa* tardo-romana como forma hegemónica de ocupação do território (DE MAN, 2009). O problema de fundo é de âmbito micro-regional, num contraste com certas regiões meridionais da Lusitânia, onde aqueles cortes correspondem a transformações muito menos traumáticas do ponto de vista arqueológico. Aduzem-se, a título exemplificativo, Milreu, Quinta de Marim, S. Cucufate, Cerro da Vila, Montinho das Laranjeiras, e por aí adiante, que permitem observar modificações paulatinas, talvez mais na articulação interna das *villae* (nova promiscuidade entre espaços domésticos, produtivos, funerários e litúrgicos) do que propriamente na sua centralidade agrária. Não é este o processo que se constata no território viseense. Um segundo obstáculo consiste na selectividade das fontes, e acima de tudo a valoração qualitativa que se lhes queira dar. O fundamento geográfico, embora relevante, determinou as formas de assentamento apenas até um certo ponto. Daí que modelos SIG são ferramentas e não um fim em si mesmo. Não é através da descrição física de vales e montes que se fundamenta, por exemplo, o desmembramento da *villa* romana e a sua realidade tardo-antiga, porque esses relevos sempre tinham estado presentes, e porque o fenómeno se repete em zonas muito diversas entre si.

Persiste uma tentação de interpretar a paisagem tardo-antiga através de dois grandes modelos, ambos com inspiração extra-peninsular. Um primeiro género estruturar-se-ia de acordo com uma rede castral, enquanto um segundo teria os edifícios de culto como lugares de referência (LÓPEZ QUIROGA, 2004). Esta oposição linear não tem, porém, aplicabilidade prática na maioria da Lusitânia, para além da óbvia constatação de que tanto os castros como as basílicas paleocristãs representam pontos de orientação para as populações. É necessário encará-los, antes de mais, como elementos numa rede económica e social bastante

mais ampla. É que considerar estes sítios lugares centrais apenas por causa das suas estruturas litúrgicas e funerárias é retirar-lhes uma série de dimensões (produtivas, legais, ...) que compõem uma realidade não especificamente focada no aspecto religioso.

Esta ideia apresenta ramificações rurais mas também urbanas. A cidade tardia de Viseu é conhecida através de poucos locais em que a arqueologia tem vindo a registar níveis de ocupação dessas fases (CARVALHO e CHENEY, 2007a). Alguns núcleos extra-urbanos, por seu lado, também se encontram razoavelmente identificados (VAZ, 1997). O que é problemático na sua interpretação são as respectivas funções no tempo longo; as relações centro-periferia são uma realidade impossível de definir, mesmo para uma sociedade pré-industrial na qual se presumem relações produtivas e comerciais muito incipientes. Mesmo descontando a inumerável quantidade de variáveis sistémicas, a adaptação de uma antiga teoria económica (Teoria do Lugar Central - TLC cf. CHRISTALLER, 1933 e 1972; LOSCH, 1938) põe em relação uma hierarquia de lugares centrais enquanto resultado de comportamento económico racional entre produtores e consumidores. Bens raros circulariam a longa distância, acessíveis a um mercado restrito, enquanto bens comuns circulariam a outra escala, de acordo com princípios de mercado, de transporte, ou político-sociais. A TLC é muitas vezes usada em arqueologia, nomeadamente para apoiar uma argumentação hierárquica entre sítios (HODDER e ORTON, 1979). Mas, na prática, é muito difícil relacionar os dados conhecidos da distribuição arqueológica com padrões de distribuição de materiais. A TLC foi concebida para estudar economias de mercado, não sociedades quase exclusivamente baseadas noutros mecanismos de troca. Muitas rotas comerciais tardias – orientais, norte-africanas – não surgem, nem se mantêm de acordo com princípios discerníveis (LEWIT, 2011).

Daí que tenha sido dada maior atenção a uma outra aproximação teórica, a Análise em Rede, crescentemente popular em Arqueologia, porque permite estudar ligações relativas dentro de uma rede de nódulos, quaisquer que sejam, e porque a percepção das mudanças nestas relações podem ajudar a explicar alterações sistémicas (KNAPPETT, 2013). Ligações fracas podem ser de longa distância e representar rotas marítimas, criando, assim, um género de atalho, não incidindo apenas sobre os sítios, mas também sobre as relações entre eles, de uma forma que ultrapassa o registo exclusivamente económico da TLC. Torna-se, deste modo, mais fácil interpretar a natureza altamente interconectada do mundo romano através de diferentes graus de centralidade, como o *clustering* (DE HAAS, 2013). O projecto EICAM¹, que está em curso e que subjaz a esta investigação

¹ EICAM - Estudo Interdisciplinar de Comunidades Alto-Medievais, o caso de Viseu financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e em funcionamento entre 2013 e 2015. Ver www.eicam-iem.fcsh.unl.pt

sobre Viseu, estrutura-se neste modelo. Até ao momento, a investigação desenvolvida constata que nesta região, em contraste com outras áreas, há uma quebra, aparentemente precoce, na ocupação de sítios rurais que legitimariam as formas de propriedade e exploração tardo-romanas. Isto é, perante os dados disponíveis, surge uma imagem de falência do sistema, e uma reorganização das formas de exploração do território. Os núcleos associados a esta nova exploração são invisíveis e/ou inexistentes, nomeadamente para os séculos de cronologia visigótica.

É por isso necessário estudar os momentos pós-romanos a uma escala que conduza a explicações não simplistas e que procure efectivamente os padrões de mudança e a forma como cada região reagiu às alterações do Baixo Império. Em Viseu, o desafio está em encontrar os indicadores desta mudança. O presente artigo avança com algumas hipóteses de trabalho a este nível. O futuro poderá ou não confirmar que os novos indicadores que se começam a identificar para este período são pistas coerentes e sólidas para captar a essência da ocupação deste período da história na região.

2. A cidade como espaço de permanência dos poderes

São poucos os pontos de orientação arqueológica daquilo que o Baixo Império trouxe à reconfiguração urbanística de *Vissaium*. A referência mais clara consiste no troço de muralha identificado e, entretanto, musealizado na Rua Formosa. A estrutura articula-se com uma muralha romana mais antiga e divergente (CARVALHO e CHENEY, 2007a; DE MAN, 2011), comprovando um recuo do perímetro tardo-romano, fenómeno bem observável noutras sedes de *civitas* lusitanas de média dimensão (Conimbriga e Idanha são dois casos análogos na Lusitânia setentrional). A sequência estratigráfica associada é suficientemente refinável para concluir por uma cronologia baixo-imperial, e por um processo construtivo marcadamente regionalizado (DE MAN, 2008), apesar da necessidade de revisão de alguns elementos arqueológicos passíveis de datação fiável, e que são posteriores à estrutura em si (DE MAN 2013).

Na ausência de um poder civil, herdeiro das elites curiais, a antiga urbe de *Vissaium* passará, como tantas outras do seu tempo, a ser progressivamente governada pelo bispo e sua corte. As alterações que se vão começando a conhecer para esta fase da cidade indicam, sobretudo, uma reconfiguração do espaço do antigo fórum, perdendo a sua função original romana, mas para, aparentemente, manter o seu protagonismo na estruturação do urbanismo. O edifício escavado por João Inês Vaz e Ivone Pedro na Praça D. Duarte terá sido erguido em redor dos séculos VI / VII, já que as cerâmicas estampilhadas cinzentas encontradas nos níveis fundacionais não deixam qualquer dúvida quanto a essa integração

cronológica. Os que é dado a conhecer indicia tratar-se da parte de um edifício cuidado, com interiores algo requintados e construído sobre as ruínas do fórum, mas aproveitando peças arquitectónicas daquele (PEDRO e VAZ, 1995). Tudo indica que se tratará de um espaço de destaque na cidade, que os seus escavadores interpretaram como sendo a basílica paleocristã de Viseu, sede da diocese.

A arqueologia e a documentação atestam outras novidades na periferia, mais especificamente junto das muralhas e com maior probabilidade na proximidade das portas. Conhece-se para Viseu várias referências a edifícios religiosos, cuja cronologia fundacional é ainda difícil de determinar. Trata-se das igrejas dedicadas a Sta. Cristina, S. Martinho e Sta. Eugénia. Todas elas se situariam no exterior das muralhas, mas é difícil saber se as mesmas podem ter origens recuadas aos séculos VI ou VII. Sta. Cristina localizar-se-ia junto ao actual edifício da Polícia e, portanto, também na área exterior às muralhas tardias. Também a expressão *foris contra murum civitatis* referente à posição da ermida de S. Martinho, indica esta exterioridade (LP doc. 338). A igreja de Sta. Eugénia localizava-se no actual bairro de S. Eugénia, portanto, mais longínqua das muralhas da cidade. Pese embora estas notícias que indiciam que a antiguidade destas igrejas pode remontar ao Antiquidade tardia, a informação disponível cinge-se, no entanto, a informações documentais mais tardias (séculos X a XII), e ainda a algumas notícias sobre achados arqueológicos fortuitos. Disso são exemplo as sepulturas identificadas junto a Sta. Cristina, a qual teria sido também erigida com recurso a materiais romanos reaproveitados, que se documentaram aquando da sua demolição em 1974 (ALVES, 1975). Foram também ali identificadas sepulturas de inumação referidas por João Inês Vaz (VAZ, 1983) e que remetem para cronologias tardo-romanas ou alto-medievais.

Um outro edifício religioso que provavelmente remonta à fase pós-romana é a igreja dedicada a S. Miguel. Situada também na periferia da cidade, mas junto à porta sudeste, localizava-se no século IX um edifício dedicado, ou rededicado, ao arcanjo. A actual igreja de S. Miguel de Fetal localiza-se, certamente próxima do edifício fundador, Ali existiria uma necrópole romana e tardo-romana, da qual se identificaram algumas sepulturas a quando da abertura da Estrada da Circunvalação (VAZ, 2006). Recentemente, a prospecção geofísica efectuada no terreno anexos a S. Miguel possibilitou a identificação de várias estruturas que podem corresponder a sepulturas deste período². Realidade que já havia sido detectada pelas escavações que a empresa Arqueohoje realizou na parte mais baixa do terreno situado do lado sudoeste à igreja (CARVALHO e CHENEY, 2007b). Estes dados, conjugados com as sepulturas registadas por João Inês Vaz, permitem comprovar que nesta área exterior à cidade existiria uma necrópole

² Informação contida num relatório preliminar não público da autoria da empresa Gypsia, efectuada no âmbito do projecto EICAM.

de inumação. A estas sepulturas pode estar associado o primeiro edifício cristão que será o fundador do espaço religioso que S. Miguel. Não obstante este apenas se encontrar mencionado nas fontes escritas a partir do século IX, as primeiras referências atribuem-lhe já certa antiguidade referindo-se como sendo o local onde estaria inumado o rei visigodo Rodrigo³.

A primeira campanha de escavações arqueológicas efectuada junto à igreja de S. Miguel foi realizada no verão de 2013, sob direcção dos autores, e os resultados indicam a presença dos alicerces de um grande edifício que se sobrepõe, aparentemente, a um outro do qual apenas se recuperou, para já, uma parede. Este enquadraria uma sepultura, claramente de excepção, construída com recurso aos materiais arquitectónicos de grande dimensão. Esta sepultura encontra-se, aparentemente, isolada face a outras sepulturas congéneres (figura 1). A falta de espólio funerário e a parca conservação dos restos ósseos ali identificados não permitiram o estabelecimento de uma cronologia precisa para a construção e utilização daquele sepulcro. Por agora apenas se pode adiantar que a primeira construção, onde está integrada a sepultura, assenta num sedimento que contém escassos materiais arqueológicos integráveis no século IV. A sepultura recorre ao aproveitamento de elementos provenientes de edifícios romanos, tais como silhares almofadados e uma cornija de grande dimensão. Apenas a continuação das escavações arqueológicas neste sítio possibilitará a confirmação da cronologia da sepultura e do complexo no qual ela parece integrar-se. Na área de S. Miguel haveria um edifício construído antes do século VIII. Este poderá ser um dos fortes candidatos a espaço, que seguiria um dos modelos de localização das sedes diocesanas mais comuns documentados na Península Ibérica. A concorrer a esta interpretação está o facto do prestígio que aquele espaço ainda beneficia aquando das presúrias do tempo de Afonso III.

3. O “novo” território de Viseu – da *civitas* à diocese

Do território mais ou menos circunscrito da *civitas* romana (Alarcão 1989; Vaz 2006), a cidade episcopal assumirá a tentativa de controlo de um espaço bem mais dilatado. O mesmo estendia-se até ao Douro na área de Foz Côa, onde se localizavam duas das *ecclesiae* dependentes de Viseu mencionadas no *Parochiale Suevum* (DAVID, 1947), e faria fronteira com a diocese da Egitânia na Serra da

³ *De Ruderico uero rege, cuius iam mentionem fecimus non certam cognouimus causam interitus eius. Rudis manque nostris temporibus, cum Viseo et suburbia eius iussu nostro essente populata, in quadam ibi basilica monumentum inuentum est ubi desuper epithaphion huiusmodi est conscriptum: “hic requiescit Rudericus, ultimo rex Gotorum”. Sed redeamus ad tempus quo Sarraceni Hispaniam sunt adgressi* (Livro I, 211 da Crónica Najarense, p. 96).



FIG. 1 - Aspecto das escavações de S. Miguel de Fetal em 2013. Sepultura construída com reaproveitamento de materiais romanos.

Estrela. A Ocidente certamente que deveria ter integrado o espaço da antiga *civitas* que tinha a Bobadela (Oliveira do Hospital) como capital. A fronteira com a diocese de Lamego deveria situar-se pelo eixo das serras da Arada, Montemuro e Leomil. Tendo por base os dados actualmente disponíveis, não é possível precisar com rigor o momento de criação da diocese viseense. É, todavia, provável que tenha sido fundada em período anterior ao momento em que é mencionada pela primeira vez nos concílios peninsulares, ou seja, em redor do final do século V ou inícios do século VI (VIVES, 1963). Porém, o domínio do “território” diocesano não deve ser visto como efectivo e hegemónico. Pelo contrário, a diocese em si não controlaria sequer indirectamente a maioria dos edifícios religiosos que se encontravam construídos e funcionais neste vasto espaço territorial. A menção no Paroquial a apenas oito igrejas dependentes ilustra bem esta falta de capacidade de domínio e controlo.

Há assim um aparente contraste entre cidade e os territórios rurais. Num e noutro espaço o poder parece estar a articular-se e a operar em escalas completamente diferentes. Para o espaço urbano está atestada a vitalidade episcopal em sede conciliar, com participação na política dos reinos suevo, numa primeira fase e, depois, no visigodo. Essa acção e integração à escala do reino, e, conseqüentemente, à escala peninsular é igualmente demonstrada pela cunhagem de *tremisses* (6 em 86 conhecidos) e pela identificação de quatro outros exemplares atribuídos a outras casas emissoras. As cunhagens viseenses sob Sisebuto e Égica/Vitiza demonstram que a cidade se encontra particularmente activa política e economicamente durante o século VII.

Nos territórios que se integrariam no espaço da diocese viseense a capacidade de controlo por parte da diocese, e, conseqüentemente, por parte do poder político, é muito limitado e parece reduzir-se a uma espécie de ilhas, à frente das quais elites locais julgaram, em determinadas ocasiões, pertinente operar a uma escala supra-local. Esta mudança de escala na sua acção política manifesta-se quer nas relações de proximidade que podem estabelecer com o episcopado quer, por vezes, com a própria monarquia visigoda. Os mecanismos de mudança de escala de acção destas elites é por agora desconhecido, mas o aparecimento de *tremisses*, tal como demonstrado por I. Martín Viso, parece ser um indício arqueológico do estabelecimento desta mesma relação, e da alteração de escala no exercício do poder por parte destas elites locais (MARTÍN VISO, 2008a e 2008b). Tal como se mencionou numa outra ocasião, a ascensão destes poderes locais está em larga medida relacionada com o facto de “os suevos e os visigodos exercerem uma hegemonia política frouxa, que assentou fundamentalmente na aceitação da autonomia das aristocracias locais como contrapartida do reconhecimento da autoridade máxima do rei. Esta manifestava-se sobretudo através da cobrança pontual de impostos. Em consequência, o poder central representava-se nas áreas mais longínquas do seu poder directo através da mediação dos potentes,

que, deste modo, participavam na rede política (o que, como vimos, explica a possessão dos *tremisses*) à escala do reino.” (TENTE e MARTÍN VISO, 2012)

Um dos casos que parece resultar deste tipo de mudança de escala é o de Caliábria. Este local, situado junto do Douro, foi *ecclesia* de Viseu até um momento anterior a 633 (aparecendo mencionada no Paroquial Suevo, como igreja dependente). Contudo, a partir de 633 e, pelo menos, até 693, *Caliabrica* ascende a sede episcopal, estando igualmente os seus bispos (conhecem-se quatro) representados nos concílios peninsulares deste período de tempo (VIVES, 1963). Na sua dependência terá estado também uma outra *ecclesia* anteriormente sob o domínio de Viseu. Trata-se de *Coleia* (Almofala), antiga capital da *civitas Cobelcorum* (FRADE e CAETANO, 2002). Este processo é exemplar de como a dependência das igrejas face à diocese funcionavam como manchas de influência directa do bispo e que mais do que depender da sua capacidade de controlo, se deveriam ter estabelecido pela necessidade que as elites locais viram no reconhecimento institucional das “suas” igrejas e na importância de aprazar relações de aliança numa escala supra-regional. De Caliábria conhecem-se dois *tremisses* cunhados ali e mais cinco cunhados em *Coleia*, o que vem demonstrar que ascensão a uma escala mais elevada de poder não tem apenas um carácter religioso, pelo contrário, este será o resultado, arqueologicamente visível, de uma nova pauta política para as elites locais. Por motivos que se conseguem antever, algumas destas elites conseguem aproximar-se da corte, o que lhes permitia ver reconhecida a sua autonomia na região onde se implantavam. Esta alteração na escala de acção concedia, por um lado, uma maior legitimação de poder e consequentemente, uma maior facilidade no seu exercício, por outro lado permitia agir e aceder a redes sociais de outro nível, transcendendo o local, para agir à escala regional e, por vezes, à do reino.

A *ecclesia* e depois sede de diocese de *Caliabrica*, situar-se-ia num sítio de altura, marcando o território envolvente, e colocado de forma a ser visto desse mesmo território. O regresso ao povoamento de altura parece aqui mais marcado por comportamentos sociais do que por motivos militares. Ou seja, a escolha de espaços de altura que marcam os territórios terão sido fundamentalmente motivados por uma necessidade de representação do poder de grupos, que embora pudessem ser herdeiros das elites hispano-romanas, se pautavam agora por outro enquadramento sociológico e económico.

Outros sítios podem ter tido funções semelhantes a Caliábria, ainda que as suas elites nunca ascendam aos patamares de poder a que aquela antiga *ecclesia* e seus possuidores puderam aspirar. No território potencial da diocese viseense conhecem-se outros sítios de altura que aparentemente tiveram uma ocupação do período visigótico. O futuro da investigação e aprofundamento das questões teóricas relacionadas com o papel dos sítios de altura nesta fase da história peninsular permitirão, com certeza, trazer novidades e uma nova

imagem do território pós romano. Um desses sítios é o Castro do Tintinholho (freguesia de Cavadoude, concelho da Guarda), cuja argumentação que levou à sua consideração como local de importância política durante o período visigótico foi já defendida noutra ocasião (TENTE e MARTÍN VISO, 2012). Este estaria praticamente junto da fronteira da diocese de Viseu com Salamanca e, eventualmente, com a Egitânia. Mas mais próximo de Viseu também deve ser possível identificar sítios de altura com alguns indícios de ocupação desta fase. Deve ter-se especial atenção a sítios como o Castro de Nandufe e o Castro do Três Rios (ambos no concelho de Tondela), o Castro do Paços de Vilharigues (assim como talvez a Torre de Alcofra e outros no concelho de Vouzela), e os Castros do Pinho e da Cárcoda (ambos no concelho de São Pedro do Sul). Neste último sítio foram recolhidos fragmentos de cerâmica cinzenta estampilhada, semelhante à identificada na Praça D. Duarte (VAZ, 1997), o que por si só permite documentar uma ocupação dos séculos VI ou VII, mas também possibilita colocar este sítio na esfera dos espaços ocupados por elites. Esta cerâmica é um bem de prestígio que tem vindo a ser encontrado com maior frequência em sítios de altura que parecem exercer um controlo territorial (DAHI, 2010) ou em espaço de reconhecida importância política e religiosa à escala do reino. Trata-se, assim, de um fiável indicador arqueológico para determinados grupos sociais privilegiados e principalmente, um indicador para a mudança de escala de acção desses mesmos grupos.

Todavia, nem todas as ocupações tardias correspondem a categorias análogas, e há necessidade de se questionar quer a sua natureza, a sua extensão e, conseqüentemente, o seu significado social e político. As ocupações de altura tardias nem sempre remetem para a mesma expressão social e económica, nem sempre ocorrem na mesma época e, principalmente, têm durações distintas. Registam-se ocupações esporádicas, sazonais e duradouras, o que reflecte uma realidade social de grande complexidade. Muitos autores têm tido a tendência de associar este fenómeno às referências de Idácio de Chaves, que especificamente menciona a subida aos castros como forma de fuga das populações aos invasores do século V. A redução a este tipo de explicação, aplicado genericamente a todos os contextos e regiões é altamente perniciosa e redutora, pois a maioria dos casos de reocupação pós-romanas de castros não datam do século V e, provavelmente, os casos em que isso ocorreu, dificilmente se documenta arqueologicamente. Quem foge da cidade ou da sua periferia para pontos altos que cultura material diferenciadora transporta consigo, por oposição à que já usava anteriormente a este movimento populacional? Qual seria a duração e, acima de tudo, o motivo de permanência mais duradouras, mesmo depois dos ataques mais severos a cidades? E, neste panorama, que papel assumiria a cidade como lugar-central? Havendo continuidade da ocupação por parte de uma mesma população, continuaria a relacionar-se com a cidade da mesma forma que havia efectuado

até ao colapso da estrutura administrativa e política romana? Ou reestruturar-se-ia em função de outros poderes, de novas elites que ascendem no panorama de ausência do aparelho fiscal e administrativo romano?

Existe aqui uma transição mal compreendida, nomeadamente no tocante à efectividade de mecanismos anónimos em zonas periféricas durante o século V. A sua manutenção normativa em contexto plenamente visigótico não implica uma real universalidade na aplicação de colectas. Mesmo admitindo uma persistência convincente em moldes baixo-imperiais, e a tentativa de integrar os novos centros rurais e de altura, o aparecimento destes novos sítios não implicaria, em teoria, uma renúncia a antigas formas de povoamento. No entanto, os dados actualmente disponíveis indicam uma tendência segundo a qual os sítios rurais romanos (casais, quintas e *villae*) foram abandonados em toda a área beirã. Ainda que no território viseense não sejam abundantes as escavações, principalmente mais recentes, de contextos romanos com ocupações baixo-imperiais e alto-medievais no território, em áreas vizinhas os dados disponíveis indicam um abandono sistemático dos sítios agrários. É de salientar que a maioria dos abandonos se processa antes do século V, pelo que não é possível relacionar a falência do modo de exploração agrária romana com as alterações políticas e militares que se começam a desenhar após 409.

No Monte Aljão (Rio Torto, Gouveia) foram identificados edifícios romanos correspondendo a uma ocupação rural, que poderá ter sido uma *villa*. As estruturas identificadas por escavação levada a cabo nos anos 2008 e 2009 referem-se a uma área produtivas que aparentemente parece estar relacionada com o tratamento de lãs (TENTE, 2010; TENTE e PEREIRA, 2013). Este espaço é claramente sujeito a remodelações durante a fase final do Império e acaba por ser completamente abandonado nos finais do século IV ou, eventualmente, já no início do século V (figura 2). A datação este abandono é confirmada quer pelo espólio ali recolhido, quer, principalmente, por uma datação de radiocarbono obtida para um fragmento de cortiça recolhido no nível de abandono das estruturas romanas⁴. Em Algodres (Fornos de Algodres), a intervenção arqueológica que visava a minimização de um projecto de reestruturação e melhoramento urbano identificou uma necrópole pleno-medieval, sob a qual se documentou uma ocupação doméstica (cozinha e armazenagem), cujos materiais arqueológicos permitem datar o seu abandono nos finais do séculos IV/início do V (PEREIRA 2013).

⁴ Wk-25176 (amostra de *Quercus* sp.) 1699 ± 30 BP, calibrada a 1 *sigma* 260-400 cal BC/AD, a 2 *sigma* 250-420 cal BC/AD. Calibração efectuada através da *Version 3.10 of the OxCal Program* (BRONK-RAMSEY 2005), baseada na *IntCal09 curve* (REIMER *et alii* 2009). Publicada em TENTE e CARVALHO, 2012.



FIG. 2 - Levantamento topográfico do sítio arqueológico do Monte Aljão (Rio Torto, Gouveia): A – Contextos de tanques cujo abandono está datado do final do século IV e início do século V. B – Necrópole medieval, que corta os níveis romanos, mas que se documenta ser posterior a um período, mais ou menos largo, de abandono do sítio.

No sítio da Torre, situado em Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres, foi escavado na década de 1990 uma pequena estrutura agrária romana, que provavelmente corresponderá a um casal. Uma vez mais os dados de escavação indiciam um abandono desta estrutura no século III, ou eventualmente, já na quarta centúria (ANTUNES 1994). Também na Quinta da Pega I, intervenções de minimização no âmbito do alargamento da EN 221 balizaram a

ocupação entre os séculos I/II e o século IV ou inícios do seguinte. O sítio romano da Quinta do Piroco, por seu turno, parece ter sido ocupado entre os séculos I e III (MARQUES, 2011). Em S. Gens (Celorico da Beira), escavações ainda em curso revelam uma ocupação romana entre séc. I a.C. e IV d.C. (MARQUES, TENTE e LOBÃO, 2013), e no grande sítio da Póvoa do Mileu (Guarda), os dados do funcionamento articulado parecem não ultrapassar o século III d.C. (PEREIRA, 2006). Para além dos peri-urbanos, entretanto destruídos (Repeses, Mesuras, Cerrado, Esculca, Santo Estêvão; cf. VAZ 1996), também próximo de Viseu foi recentemente intervencionado o sítio da Raposeira (Mangualde), que havia sido interpretada como uma *villa*, embora os trabalhos recentes levado a cabo pela empresa Arqueohoje indiquem que as estruturas ali identificadas pertencerão a uma *mutatio*, também sem sobrevivências de vulto, que serviria a estrada que ligaria Viseu à Bobadela (CARVALHO, SANTOS e TAVARES, 2013).

Este abandono aparentemente sistemático dos sítios rurais romanos, entre o século III e o início do V, não aparenta estar unicamente relacionado com o fim político e administrativo do Império, uma vez que o processo parece ter afectado muitos dos locais em fases anteriores aos inícios do século V. A imagem que se define é a de uma falência do sistema (agrário) que, a prazo, terá de originar uma reorganização profunda das formas de exploração rural e, conseqüentemente, dos núcleos que lhes estariam associados. Todavia, este povoamento substitutivo não se encontra ainda visível no registo arqueológico. Nos espaços em que a investigação arqueológica está mais desenvolvida no que se refere a este momento de transição, como é o caso do Alto Mondego, continuam a faltar dados sobre os sítios ocupados entre o século V e IX (TENTE, 2010).

4. Notas finais

O panorama possível, por agora, consiste em definir a presença de elites locais que, provavelmente, encontram no fim do Império uma oportunidade de desenvolvimento e estabelecimento de outras relações de poder e dependência, e que se tenham feito representar por símbolos diferentes dos precedentes. Símbolos que estão mais relacionados com a nova realidade política e económica, mas também com novas mentalidades que se foram definindo com a introdução de gostos e produtos, muitos sem conservação arqueológica, e pelo

desaparecimento, ainda que progressivo, de objectos importados através de redes comerciais romanas. A identidade, as formas de se representarem e os mecanismos de ascensão destas elites locais pós-imperiais tornam-se perceptíveis através de uma conjugação de elementos, como a presença de *tremisses* (e a subsequente relação esporádica com o poder central), de cerâmicas estampilhadas, das imitações de *sigillata* e, acima de tudo, da ocupação de locais de altura fortificados, que concedem uma base de poder que rompe com formatos baixo-imperiais. Fica a ideia documentada de este processo transformativo ser anterior ao fim político do império, e de portanto não existir uma relação de causalidade, mas sim de interligação, com a intervenção germânica do século V.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge, *A Cidade Romana de Viseu*, Viseu, Câmara Municipal, 1989.

ALVES, Alexandre, "O sítio de Santa Cristina e as suas surpresas arqueológicas", *Beira Alta*, vol. XXXIV, fasc. 4. 1975, p. 429-454.

ANTUNES, Mónica, "Figueiró da Granja (Fornos de Algodres): notícia preliminar da campanha de 1994", *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa. 2, 1994 p. 236-266.

BRONK-RAMSEY, C.B., *OxCal program v.3.10*. Oxford: University of Oxford, Radiocarbon Accelerator Unit [<http://www.rlaha.ox.ac.uk/oxcal/oxcal.htm>], 2005.

BROWN, Peter, *The World of Late Antiquity*, London, Thames and Hudson, 1971.

CABALLERO, Luis e MATEOS, Pedro (ed.), *Visigodos y Omeyas, Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, Anejos de AEspA XXIII, Mérida, CSIC, 2001.

CAMERON, Averill e GARNSEY, Peter (ed.), *The Cambridge Ancient History Volume 13: The Late Empire, AD 337-425*, Cambridge University Press, 1997.

CAMERON, Averill, WARD-PERKINS, Bryan e WHITBY, Michael (ed.), *The Cambridge Ancient History Volume 14: Late Antiquity: Empire and Successors, AD 425-600*, Cambridge University Press, 2001.

CARVALHO, Pedro Sobral e CHENEY, António, "A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica", *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio - Lucus Augusti como paradigma*, *Actas*, Diputación Provincial de Lugo, 2007a, p. 727-745.

CARVALHO, Pedro Sobral e CHENEY, António, *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso*. Relatório policopiado, 2007b.

CARVALHO, Pedro, SANTOS, Carla, TAVARES, António, Sítio arqueológico da Raposeira, Mangualde, in *Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de Entre Tejo e Douro: Câmara Municipal de Celorico da Beira /ARA*, 2013, p. 34.

CHAPELOT, Jean (ed.), *Trente Ans d'Archéologie Médiévale en France: Un Bilan pour un Avenir*, Turnhout, Brepols Publishers, 2010.

CHRISTALLER, Walter, *Die zentralen Orte in Suddeutschland*, Jena, Gustav Fischer, 1933.

CHRISTALLER, Walter, "How I discovered the Theory of Central Places: A Report about the Origin of Central Places", *Man, Space and Environment*. Oxford University Press, 1972, p. 601-610.

COELHO, Diana, MARQUES, António, PEREIRA, Vítor, Quinta do Piroco. São Pedro - Celorico da Beira, in *Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de Entre Tejo e Douro: Câmara Municipal de Celorico da Beira /ARA*, 2013, p. 32.

DAHÍ ELENA, S., *Contextos cerámicos de la Antigüedad Tardía y la Alt Edad Media (siglos IV a VIII d.C.) en los asentamientos rurales de la Lusitania septentrional (provincia de Salamanca)*, Tese de doutoramento policopiada, Salamanca, Universidade de Salamanca, 2010.

DAVID, Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e a XII^e siècles*. Lisboa - Paris, Portugália Editora - Les Belles Lettres, 1947.

DE HAAS, Tymon, *Central places and networks: exploring Roman settlement organization and economy*, working paper, s/1, 2013.

DE MAN, Adriaan, "Os materiais, as muralhas e as suas interpretações: estratégia baixo-imperial e modelo autarcista no Norte da Lusitânia", *Férvedes* n^o 5, 2008, p. 427-430.

DE MAN, Adriaan, "Funções estruturantes de algumas villae pós-romanas", *Cadmo - Revista de História Antiga* 19, 2009, p. 199-208.

DE MAN, Adriaan, *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia*, Studia Lusitana 6, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 2011.

DE MAN, Adriaan, "Muralhas Urbanas entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média", *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb, (séculos VI a XVI)*, vol. 1, Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, Lisboa, 2013, p. 13-17.

FABIÃO, Carlos, "O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, n. 1, 1998, p. 169-198.

FABIÃO, Carlos, "O Ocidente da península Ibérica no século VI: sobre

o *pentanummiu* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém”, *Apontamentos de Arqueologia e Património* 4, 2009, p. 25-50.

FRADE, Helena e CAETANO, José Carlos, “Os Cultos na *Civitas Cobelcorum*”, in J. Cardim RIBEIRO (coord.), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 227-230.

GARCÍA VARGAS, Enrique, “Oriental trade in the Iberian Peninsula during Late Antiquity (4th-7th centuries AD). An archaeological perspective”, *New Perspectives on Late Antiquity*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2011, p. 76-116.

GRANDCHAMP, Pierre Garrigou, “Habitat du haut Moyen Age en Italie”, *Bulletin Monumental* 164, n° 164-4, 2006, p. 400-401.

HODDER, Ian e ORTON, Clive, *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge University Press, 1979.

JOHNSON, Scott (ed.), *The Oxford Handbook of Late Antiquity*, Oxford University Press, 2012.

KNAPPETT, Carl (ed.), *Network Analysis in Archaeology: New Approaches to Regional Interaction*, Oxford University Press, 2013.

LAVAUD, Sandrine, “Paysage et mise en valeur des palus du Bordelais au Moyen Age”, *Archéologie du Midi médiéval* 23, n. 23-24, 2005, p. 27-38.

LE BOHEC, Yves, *Naissance, Vie et Mort de l'Empire Romain*, Paris, Editions A&J Picard, 2012.

LEWIT, Tamara, “Dynamics of fineware production and trade: the puzzle of supra-regional exporters”, *Journal of Roman Archaeology* 24, 2011, p.313-332.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *El final de la Antigüedad en la “Gallaecia”: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004.

LOSCH, August, “The Nature of Economic Regions”, *Southern Economic Journal*, vol. 5, n. 1, 1938, p. 71-78.

LOVELUCK, Christopher, *Northwest Europe in the Early Middle Ages, c. AD 600-1150: A Comparative Archaeology*, Cambridge University Press, 2013.

MARQUES, António, *A ocupação romana na Bacia de Celorico*, Tese de mestrado, FLUC, Coimbra, 2011.

MARQUES, António, TENTE, Catarina e LOBÃO, João, *S. Gens ao Longo do Tempo e da História*, Câmara Municipal de Celorico da Beira / Junta de Freguesia de Santa Maria, 2013.

MARROU, Henri-Irénée, *Retractatio, Saint Augustin et la fin de la culture antique* 2, Paris, E. de Boccard, 1949.

MARROU Henri-Irénée, *Décadence romaine ou Antiquité tardive? IIIe-VIe siècle*, Paris, Seuil, 1977.

MARTÍN VISO, Iñaki, *Tremisses y potentes en el Nordeste de Lusitania (siglos VI-VII)*, Madrid, *Mélanges de la Casa Velázquez*, 38-1, 2008a, p. 175-200.

MARTÍN VISO, Iñaki, "La ordenación del territorio rural y la tributación en el suroeste de la meseta del Duero, siglos VI-VII", CASTELLANOS, S. e MARTÍN VISO, I., (ed.), *De Roma a los bárbaros. Poder central y horizontes locales en la cuenca del Duero*, León, 2008b, p. 227-261.

MCCORMICK, Michael, *Origins of the European Economy: Communications and Commerce AD 300-900*, Cambridge University Press, 2002.

PEDRO, Ivone, VAZ, João Inês, *Basílica e Necrópole alto medievais de Viseu*. In *Actas da IV Semana de Arqueologia Cristã Hispânica*. Lisboa/Barcelona. 1995, p. 343-352.

PEREIRA, Tiago, *Algodres (Fornos de Algodres)*, in *Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de Entre Tejo e Douro: Câmara Municipal de Celorico da Beira / ARA*, 2013, p. 32.

PEREIRA, Vítor, "Terra sigillata da Póvoa do Mileu (Guarda): primeira abordagem", *Praça Velha IX*, 20, 1ª série, 2006, p. 5-22.

REAL, Manuel, "Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe", CABALLERO, Luis e MATEOS, Pedro (ed.), *Visigodos y Omeyas, Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, Aejos de AEspA XXIII, CSIC, 2001, p. 21-75.

REIMER, P.J. *et alii*, IntCal09 and Marine09 radiocarbon age calibration curves, 0-50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. 51:4, 2009, p. 1111-1150.

REYNOLDS, Paul, *Hispania and the Roman Mediterranean, AD 100-700. Ceramics and Trade*, London, Duckworth, 2010.

ROUCHE, Michel, PICARD, Jean-Charles, NORTIER, Elisabeth e RICHE, Pierre, *Le haut Moyen Âge occidental*, Actes des Congrès de la Société des Historiens Médiévalistes de l'Enseignement Supérieur Public, n. 20, 1989, p. 305-329.

ROUSSEAU, Philip, *A Companion to Late Antiquity*, Wiley, Blackwell, 2009.

SASSIER, Yves, *Royauté et idéologie au Moyen Age: Bas-Empire, monde franc, France (IVe-XIIIe siècle)*, Paris, Armand Colin, 2012

TENTE, Catarina, *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2010.

TENTE, Catarina, CARVALHO, António Faustino, *The establishment of radiocarbon chronologies for early medieval sites: a case study from the upper Mondego Valley (Guarda, Portugal)*. *Munibe*, 62. UPV, 2011, p. 461-468.

TENTE, Catarina, MARTÍN VISO, Iñaki, *O Castro do Tintinholo (Guarda, Portugal). Interpretação dos dados arqueológicos como fortificação do período pós-romano*, In: QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, TEJADO SEBASTIÁN, José (Eds.) - *Los Castillos Altomedievales en el Noroeste de la*

Península Ibérica, UPV, 2012 p.57-75.

TENTE, Catarina, PEREIRA, Tiago, Monte Aljão (Rio Torto, Gouveia), in *Aspetos da Romanização das Terras Beirãs de Entre Tejo e Douro: Câmara Municipal de Celorico da Beira / ARA*, 2013, p. 36.

VAN OSSEL, Paul e OUZOULIAS, Pierre, "Rural Settlement Economy in Northern Gaul in the Late Empire: an Overview and Assessment", *Journal of Roman Archaeology*, vol. 13, 2000, p. 133-160.

VAZ, João Luís Inês, "Introdução ao Estudo de Viseu na Época Romana", *Beira Alta*, vol. XXXVIII: 3. Viseu. 1983, p. 543-555.

VAZ, João Luís Inês, *A Civitas de Viseu: espaço e sociedade*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997.

VAZ, João Luís Inês, A ocupação do espaço de Viseu, *Máthesis* 15, 2006, p. 143-154.

VIVES, José (ed.), *Concívios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Barcelona-Madrid: CSIC, 1963.

Índice

INTRODUÇÃO	7
JOSÉ LUIS RAMÍREZ SÁDABA - Augusta Emerita entre romanos e bárbaros: testimonios epigráficos	9
JOSÉ d'ENCARNAÇÃO - Formulários epigráficos	35
AMÍLCAR GUERRA - Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular	47
MANUEL SALINAS DE FRÍAS - Un hito catastral de Constantino II y algunos aspectos relativos a Lusitania durante el siglo IV	71
JOÃO L. DA INÊS VAZ - Apontamentos de arquitectura e epigrafia paleocristãs da Lusitânia	89
PEDRO GOMES BARBOSA - Os judeus e as leis visigodas	113
MAURICIO PASTOR MUÑOZ - El final de los <i>Munera et Venationes</i> en Lusitania	121
JAVIER ANDREU PINTADO - Imagem imperial y ornamentación urbana en Lusitania: a propósito de los pedestales imperiales tardoantigos	151
JONATHAN EDMONDSON - The administration of Lusitania from the reforms of Dioclecian to c. 340	179
SABINE LEFEBRE - Réception du pouvoir impérial en Lusitanie de Dioclétien à la fin de la dynastie constantinienne	223
ANDRÉ CARNEIRO - Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia	281

INÊS VAZ PINTO, ANA P. MAGALHÃES, PATRÍCIA S. BRUN - Tróia na Antiguidade Tardia	309
MARIA JOÃO CORREIA SANTOS - Mogueira: um espaço sagrado na encruzilhada de dois mundos	335
CATARINA TENTE, ADRIAAN DE MAN - O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu	375
PEDRO C. CARVALHO - O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia	397
JOÃO L. DA INÊS VAZ - À guisa de conclusão	437

Afinal, onde pára a nossa Lusitânia? Morreu?

Não, porque só há morte quando a memória desaparece e a memória da Lusitânia ressurgiu em força.

Aqui estamos hoje, não para decretar a morte da Lusitânia, mas apenas para uma paragem que nos levará a ressuscitar a memória cada vez mais viva e mais clara do que foi esse passado glorioso.



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

